

Populações Tradicionais e Ecoturismo na Amazônia: subsídios do Etnoconhecimento quilombola para a Sustentabilidade no Turismo Ambiental

Leonardo Gama Campos¹
Cristiane Passos de Mattos²

Resumo

Este ensaio buscou analisar a relevância da utilização de práticas de etnomapeamento como auxílio à gestão participativa sustentável do ecoturismo em áreas de megadiversidade habitada por populações tradicionais que possuem seus territórios em áreas próximas, justapostas ou sobrepostas a diferentes áreas protegidas na Amazônia: os povos remanescentes de quilombo. Eles utilizam recursos naturais de modo diferenciado, com base em seus etnoconhecimentos e seus modos de vida sustentável cultural, social e economicamente, utilizando tecnologias de baixo impacto na utilização de recursos naturais. O etnomapeamento quilombola é uma metodologia estruturada a partir de um processo participativo que visa expressar os próprios conhecimentos locais em uma abordagem holística com enfoque territorial, buscando demonstrar a inseparabilidade entre a gestão, conservação, manejo de florestas e as possíveis atividades de turismo ambiental, utilizando a dimensão empírica e simbólica dos quilombolas em prol da sustentabilidade da atividade turística. Para a confecção deste artigo lançamos mão de trabalhos de campo, pesquisa bibliográfica e análise documental, além da utilização de observação participante e técnicas de diagnóstico rural participativo (DRP).

Palavras-chave: Populações tradicionais. Turismo sustentável. Metodologia participativa, Etnomapeamento.

Introdução

A Amazônia brasileira constitui gigantesco centro de sócio e biodiversidade com relevância mundial. Além de sua reconhecida riqueza natural, abriga expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais, que incluem seringueiros,

¹Licenciado e Bacharel em Geografia (UFF), Especialista em Ensino de Geografia(UERJ), Mestre em Ciência Ambiental(UFF), Doutorando em Geografia (UFF). Bolsista CAPES pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF. leogeouff@yahoo.com.br

²Licenciado, Mestre em Geografia (UFF). Professora do curso de Tecnólogo em Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/RJ. cristianepassos@yahoo.com.br

castanheiros, ribeirinhos, babaqueiras, entre outros, o que lhe confere destaque em termos de diversidade cultural, com grande potencial turístico (BRASIL, 2002).

Esta diversidade de recursos e culturas amazônicas é vista, muitas vezes, como inesgotável, uma vez que a base de crescimento econômico no Brasil tem sido o patrimônio natural, fundamentando-se na incorporação contínua de terras e recursos naturais percebidos como inesgotáveis, dentro da lógica capitalista de acumulação e desenvolvimento (Boulding, 1966 apud Becker, 2005). Mas, atualmente, a partir da emergência do paradigma da sustentabilidade, diversos setores da sociedade buscam compatibilizar ações de desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

No município de Oriximiná-PA região do Alto Rio Trombetas encontra-se uma significativa gama de atores sociais: caboclos ribeirinhos, índios, comunidades urbanas e diversas comunidades remanescentes de quilombos, constituídas por descendentes de escravos fugidos no final do século XVII (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

A região, coberta predominantemente pela floresta ombrófila densa, é considerada uma área prioritária para a conservação, possuindo duas unidades de conservação (UC's) com aproximadamente 800 mil hectares: a Reserva Biológica (REBIO) do Rio Trombetas e a Floresta Nacional (FLONA) Saracá-Taquera, administradas atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Concomitantemente a isso, observamos a atuação de uma grande multinacional do ramo de mineração com a extração da bauxita no interior da FLONA Saracá-Taquera: A Mineração Rio do Norte S.A (MRN).

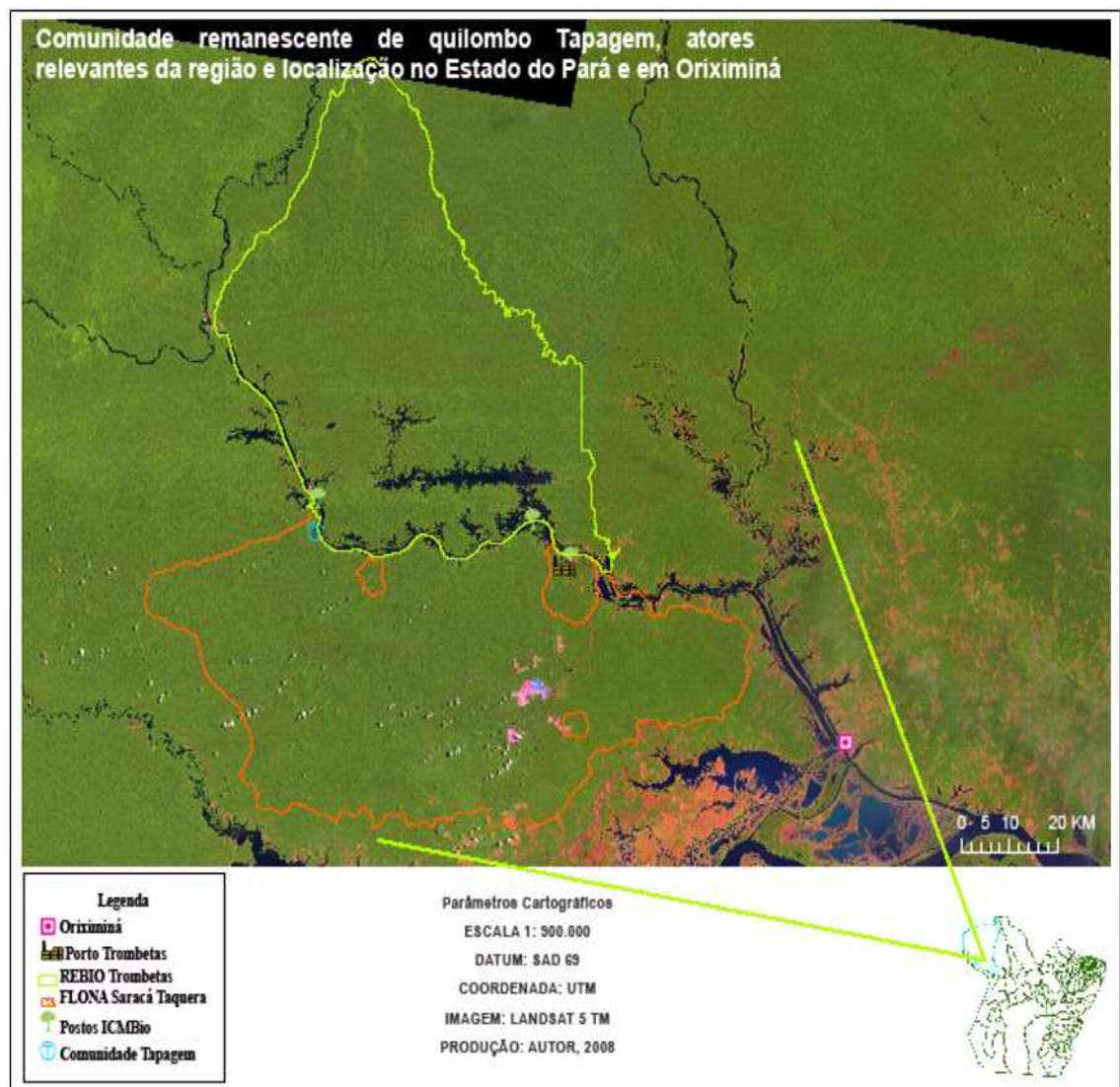
Como subsídio à possíveis planos de desenvolvimento turístico sustentável articulados aos conhecimentos autóctones, observando-se a legitimidade das diferentes matrizes culturais de conhecimento, apresentamos o etnoconhecimento quilombola materializado através do mapeamento participativo e do mapa êmico como um instrumento capaz de aproximar distintos conhecimentos em prol de uma gestão participativa de atividades turísticas sustentáveis.

Buscamos através deste ensaio, discutir a relevância da inserção das populações tradicionais na elaboração de estratégias e ações conservacionistas para projetos de desenvolvimento turístico através de métodos participativos que estimulem a produção e a sistematização desses conhecimentos.

Segundo Diegues & Arruda (2001), essas populações apresentam características em comum, utilizando de técnicas de manejo de recursos naturais de baixo impacto, de

modos equitativos de organização social, com a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e traços locais culturais peculiares que são seletivamente reafirmados e reelaborados. Além disso, esses grupos têm em comum o fato de possuírem, interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que vivenciado. Mas, acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais.

A partir deste referencial, realizamos um estudo de caso na comunidade remanescente de quilombo Tapagem, localizada na micro-região do alto rio trombetas, município de Oriximiná, Estado do Pará (Figura 1).



Abordagens participativas na gestão da biodiversidade

A participação da sociedade nos processos de decisão envolvendo o meio ambiente e seus interesses tem sido uma constante nos últimos anos. Pimbert & Pretty (2000) enfatizam o reconhecimento do papel do envolvimento comunitário nos processos de conservação no âmbito da gestão da biodiversidade argumentando que, quando as comunidades não são envolvidas os custos operacionais de manejo e conservação são altíssimos.

Theodoro (2005) entende a participação como mais do que uma ação mecânica de escolha de representante, mas uma tentativa de partilhar um lugar no mapa, criando uma identidade coletiva que envolva a crença de que, quando as pessoas se abrem umas com as outras se forma um tecido que as mantém unidas.

No Brasil, particularmente na Amazônia, muitas áreas destinadas à conservação dos recursos naturais são habitadas por populações indígenas, de seringueiros e castanheiros que dependem e mantêm esses recursos e, por isso, não devem ser excluídos fisicamente do parque e dos processos decisórios inerentes a sua gestão (BROWN, 1998).

Nesse sentido, a participação social na gestão de áreas protegidas se apresenta enquanto elemento fundamental para a sustentabilidade, na conservação da biodiversidade e do patrimônio natural. Essa perspectiva caminha ao encontro da chamada visão democrático-participativa que enfatiza o potencial democrático e emancipatório da participação de diferentes atores sociais nas instâncias decisórias (IRVING, M *et al*, 2006).

No caso dos remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem, observaremos a relevância do fomento à participação dos comunitários na construção de estratégias de conservação, utilização sustentável dos recursos naturais e projetos de turismo sustentável, tendo em vista sua territorialidade construída com base em etnoconhecimentos ancestrais.

Mapas participativos: instrumentos para o etnodesenvolvimento do turismo ambiental na amazônia

A amazônia tem servido como objeto de tentativas governamentais – e mais recentemente não governamentais – de mapeamento. Como uma última fronteira (também) cartográfica, por conter grandes áreas formalmente “desconhecidas” ou pouco estudadas, diferentes iniciativas tem procurado registrar informações geográficas,

segundo diversas e muitas vezes conflitantes perspectivas como em áreas de fronteira, de reserva de recursos naturais, áreas de concentração da biodiversidade e de grupos com identidades culturais, étnicas, raciais ou sociais e seus territórios (ACSELRAD, 2008).

Almeida (2008) nos apresenta de forma mais incisiva a questão do modo de ocupação e utilização dos recursos como eixos norteadores que nos apontam para a caracterização desses grupos diferenciados. O controle dos recursos básicos é feito geralmente de forma coletiva, através de normas específicas que combinam o uso comum dos recursos se voltando, entre outras formas, para atividades únicas ou combinadas como a agricultura, o extrativismo, a pesca e o pastoreio realizados de maneira autônoma ou com base no trabalho familiar.

Observando sobre o prisma da conservação e reprodução da biodiversidade engendrada através dos conhecimentos tradicionais, podemos nos valer de saberes etnobiológicos e territoriais de forma a compatibilizar conhecimentos técnicos, acadêmicos e locais em busca de um planejamento turístico de matriz ecologicamente, culturalmente e economicamente sustentáveis. É neste contexto de relevância dos conhecimentos especializados que discutimos a prática de mapeamento participativo e do mapeamento êmico.

Por mapeamento participativo entende-se um processo de espacialização e registro de conhecimentos provenientes de um determinado grupo acerca de seu ambiente vivido em seus diferentes aspectos construído a partir do trabalho coletivo dos atores envolvidos e com o auxílio de instrumentos tecnológicos como imagens de satélites, cartas e mapas.

Utilizando este instrumento podemos nos aproximar de práticas conservacionistas mais eficientes, tendo em vista a inclusão dos conhecimentos que os atores locais possuem sobre seu ambiente vivido, trabalhando com informações que refletem efetivamente a complexidade dos ecossistemas, incluindo as prioridades locais nos objetivos dos projetos de gestão da biodiversidade (NELSON & WRIGHT, 1996).

Deste modo, consideramos o mapa participativo como ferramenta metodológica eficaz para o aprimoramento dos instrumentos de gestão e do banco de dados e informações dos determinados locais, tendo em vista seu potencial em termos de apreensão das percepções das populações tradicionais materializadas através de mapas e construídas de forma coletiva.

Remanescentes de quilombo da Tapagem

Dentre as diversas categorias de populações tradicionais no contexto do município de Oriximiná, observamos as populações reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos. Nessa região, encontra-se 33 comunidades descendentes de quilombos distribuídas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru, Cuminã e Acapu. Esta população é constituída pelos descendentes de escravos que, no século XVIII e XIX, fugiram dos cacaiais, das fazendas de criar e de propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e Belém. Essas comunidades vivenciam o estabelecimento dos conflitos como as invasões as suas terras a partir da década de 1970, intensificadas e representadas principalmente no âmbito dos empreendimentos empresariais e estatais com a instalação da MRN – que ocupou parte do território –, a criação da REBIO do Rio Trombetas e da FLONA Saracá-Taquera – impediu o acesso aos principais castanhais e implantou uma série de restrições –, a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, assim como a evolução da pecuária extensiva (ARQMO, 2005).

Uma das primeiras comunidades de remanescentes de quilombos a se estabelecer abaixo de Cachoeira Porteira, na micro-região do alto rio trombetas foi a comunidade reconhecida como Tapagem. A comunidade é formada por negros provenientes, em sua maioria da descendência de negros foragidos entre o final do século XVII e o século XIX no alto rio Trombetas, além de caboclos ribeirinhos da região do vale do rio trombetas.

Na margem direita do rio trombetas encontramos o lago da Tapaginha e o lago grande da Tapagem, onde se observa uma ilha que comporta o barracão e a cozinha comunitária, a igreja, o campo de futebol, a base de comunicação inter-comunitária via radiofrequência e o único telefone público via satélite. Atualmente sua população é de 316 pessoas, subdivididas em 55 famílias, sendo 14 na ilha central e 41 dispersas.

Sua situação fundiária é bastante complexa, pois atualmente possui seu território de uso e ocupação parte pertencente à REBIO do Rio Trombetas³ e a FLONA Saracá-Taquera⁴ e parte com reconhecimento de domínio do Governo do Estado do Pará⁵.

³ Decreto Federal 84.018, de 21/09/1979.

⁴ Decreto Federal 98.704, de 27/12/1989.

A partir da década de 1980, com as demandas advindas das pressões sobre seus territórios tradicionalmente ocupados, criam a Associação de remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e mais adiante sua subdivisão para a micro-região do alto rio Trombetas: a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Mãe Domingas, que comporta as comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Sagrado Coração, Mãe Cué e Tapagem.

Com a criação da ARQMO, a luta pelos direitos dos quilombolas se institucionalizou. De acordo com seus representantes, no município de Oriximiná, das 33 comunidades remanescentes de quilombos localizadas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru, Cuminá e Acapu, 11 estão situadas nas duas unidades de conservação ambiental federal que ocupam parte do território do município citadas anteriormente (Brasil, 2004).

A comunidade Tapagem, enquanto remanescente de quilombo, possui forte relação com o meio ambiente com influência indígena em vários aspectos, notadamente no uso de utensílios domésticos produzidos a partir de fibras vegetais, óleos e essências, bem como em sua alimentação, no consumo de quelônios (carne e ovos), dos pescados, caça, mandioca, batata-doce e da extração de castanha.

Sua agricultura é baseada em pequenas roças individuais onde são cultivados mandioca, milho, arroz, pimenta, abóbora, cana-de-açúcar, feijão e frutas variadas. Os moradores produzem farinha de mandioca, coletam castanha-do-pará, breu, cipó e copaíba. A pesca é uma das atividades mais importantes para a comunidade sendo as espécies pescadas mais comuns o tucunaré e o pacu (ARQMO, informação verbal⁶).

Algumas comunidades de remanescentes de quilombos habitam a REBIO e coletam castanhas na área há mais de um século. Na área mais acessível, ao sul da UC, ficam vários castanhais e comunidades localizados principalmente às margens do Lago Erepecu, do Lago Arrozal e Lago Araçá. Na área do Erepecu, vários castanhais como Vila Velha, Vila Veneza, Veado, Saia Velha, Água Verde, Ig. Candieiro, Ig. Preto, Ig. das Pedras, Rio Novo, Juarí e Mungubal formam de fato extensas áreas quase que contínuas. (Brasil, 2004).

Além da extração da castanha-do-pará, as comunidades quilombolas utilizam outros produtos oriundos das matas, empregados na construção de moradias, utensílios

⁵ Governo do Pará. Decreto nº 5.273, de 3 de maio de 2002.

⁶ Informações obtidas através de conversa informal na sede da Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, em Agosto de 2007.

domésticos, caça, pesca, alimentação e saúde. Entre os principais produtos destacam-se: os cipós (timbó, paxiubinha, ambé e titica), as palmeiras (ubim e inajá), além dos óleos (copaíba, andiroba, cumaru e pequiá), frutas (bacaba e açai) e resinas, a exemplo do breu (ACEVEDO & CASTRO, 1998).

Os negros se adaptaram às condições ecológicas da região, adequaram-se aos diversos recursos alimentícios e suas sazonalidades, construindo aos poucos um calendário extrativo. No sentido de possibilitar sua reprodução, os negros se organizaram de forma coletiva no uso e na apropriação da terra, fixadas por leis socialmente construídas. Deste modo, construíam uma identidade por meio das práticas, concepções e princípios comuns (ACEVEDO & CASTRO, op.cit.).

Mapeamento-participativo com auxílio de imagem de satélite

Ao longo de uma semana, respeitando o tempo local e seus afazeres cotidianos, realizamos pequenas oficinas com diferentes grupos de comunitários para a execução do mapeamento participativo com base em imagem de satélite LANDSAT 5 TM. Nesta etapa, os participantes da oficina indicam uma pessoa para ser o “mapeador”, enquanto as outras o auxiliam através de suas interpretações visuais e conhecimentos prévios das áreas. Sobre a imagem georreferenciada no tamanho A3 colocou-se uma folha plástica transparente de mesmo tamanho, onde o mapeador pudesse grafar os diferentes espaços classificados. O objetivo desta etapa foi espacializar na imagem de satélite o uso dos recursos naturais. Durante esta fase é normal surgirem várias dúvidas quanto ao tipo de uso do espaço em algumas localidades da imagem, que são solucionadas recorrendo às observações de campo atreladas aos pontos georreferenciados. Nesse sentido, para cada utilização ou recurso utilizado foi atribuído uma folha transparente, a saber, as atividades de caça, pesca, agricultura, extrativismo de castanha-do-Pará, de recursos potenciais e da área total utilizada (Figura 5).

Ao final das identificações, confrontaram-se as diferentes classificações dadas pelos grupos realizando uma reunião para definirmos o mapa final de cada aspecto.

Considerações finais

De acordo com avaliações dos dados analisados, com os depoimentos dos representantes dos diversos atores envolvidos e com a reunião final com os comunitários, o trabalho de análise dos diferentes usos dos recursos naturais do

território estudado através do mapeamento participativo com os remanescentes de quilombos da comunidade Tapagem se coloca enquanto uma ferramenta útil para determinar elementos como área de uso de uma comunidade tradicional, sobreposição de usos com outras comunidades e os recursos extraídos por ela, auxiliando o processo de conservação, monitoramento, gestão e utilização adequada da biodiversidade em seus territórios e nas UC's, tendo em vista a incorporação do conhecimento local do ambiente vivido e as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais por parte de populações autóctones.

Desta forma, o mapeamento participativo pode oferecer subsídios à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável ao reconhecer e valorizar conhecimentos tradicionais com a promoção da autonomia econômica das comunidades quilombolas – tendo em vista o auxílio à sistematização de conhecimentos para a efetivação de projetos turísticos sustentáveis em seu território –, o resgate e conservação da memória coletiva e o conseqüente etnodesenvolvimento.

Agradecimentos

A todos os comunitários da Tapagem, executores do trabalho coletivo que com muita dedicação e conhecimento genuíno deram vida a este projeto; Ao apoio da Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SMMATUR, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – iCMBio, da Unidade Avançada José Veríssimo – UAJV da Universidade Federal Fluminense no município de Oriximiná, do Laboratório de Ecologia de Biogeografia (UFF, Niterói), do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental (PGCA-UFF) e do The Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia (LBA).

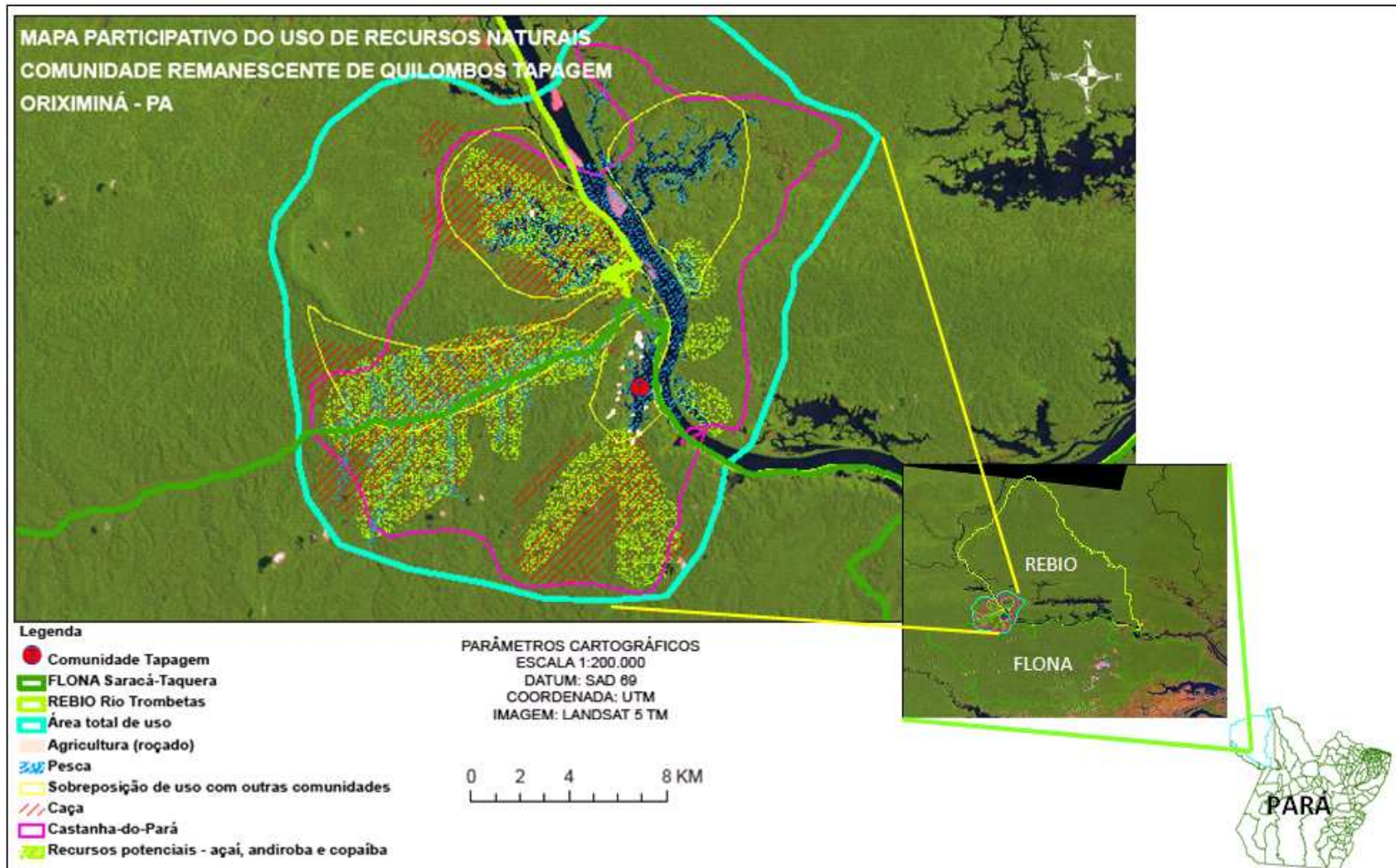


Fig.5: Mapa participativo sintetizando o uso de recursos naturais pela comunidade remanescente de quilombos Tapagem.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rosa M. & CASTRO, Edna. Negros do Trombetas – Guardiães de Matas e Rios. 2ª. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998;

ACSELRAD, H. (org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008;

ALMEIDA, A. W. B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª.ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008;

_____. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série de fascículos com o uso de mapeamento participativo junto à populações tradicionais. Manaus: PPGSCA-UFAM, FAPEAM-CNPq, 2008;

ARQMO. Projeto Manejo dos Territórios quilombolas. Associação dos Remanescentes de quilombos do município de Oriximiná. Disponível em: www.kuilombo.org.br. São Paulo: CPI, 2005. Acesso em: 27/03/2007;

BECKER, B. K. Ciência, Tecnologia e Inovação para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. In: Seminários Temáticos para a 3ª. Conferência Nacional de C, T & I. Revista Parcerias Estratégicas. Nº 20. Junho de 2005;

_____. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006;

BRASIL. MMA. MAURY, C. M (org.). Biodiversidade Brasileira. Brasília: MMA/SBF, 2002;

_____. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas, Estado do Pará. Brasília, Julho de 2004;

_____. MMA. IBAMA-DIREC. Projeto povos do rio. Cadastro de comunidades quilombolas e ribeirinhas localizadas no interior e entorno da reserva biológica do rio trombetas – Oriximiná – Pará. Porto Trombetas: Núcleo macaco-prego de vivências ambientais e culturais, 2006;

BROWN, I. F. *et al.* Mapa como ferramenta para gerenciar recursos naturais: um guia passo-a-passo para populações tradicionais fazerem mapas usando imagens de satélite. Rio Branco: Brilhograf, 1998;

DIEGUES, A. C. (org). ETNOCONSERVAÇÃO. Novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000;

FARIA, A. A. C. & NETO, P. S. F. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo / Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto. – Brasília: MMA; IEB, 2006;

FERREIRA, W. I. *et al.* Mapeamento Participativo Para Desenvolvimento sustentável. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia 2004;

FOLHES, R. T. Mapeamento Participativo Socioambiental de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Santarém: PSA, 2007;

FUNES, E. A. Mocambos do Trombetas – História, Memória e Identidade, 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/afroamerica>. Acesso em: 23/05/2007;

GARRAFIEL, D. R. *et al.* Manual da Metodologia Pesa: uma abordagem participativa. Acre: PESACRE, 1999;

IRVING, M *et al.* (org.). Áreas Protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006;

NELSON, N & WRIGHT, S. Participation and Power. In: NELSON & WRIGHT, S. Power and Participatory Development. Theory and Practice. Ed. Intermediate Tachnolgy Publications, 1995;

PIMBERT, M. P. & PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org). ETNOCONSERVAÇÃO. Novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000;

THEODORO, S. H. (org.). Mediação de Conflitos Socioambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005;